



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

121

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO NPU Nº 2415-66.2011.8.17.0730 (287328-9)

APELANTE: JOSÉ GERSON DO NASCIMENTO

APELADO: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO TEMPORÁRIO FIRMADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMULADO COM OUTROS PEDIDOS DE PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA APELADA. SENTENÇA APELADA DECLARADA NULA DE OFÍCIO.**

1. Examinando a petição inicial, verifico que o autor requereu a declaração de nulidade dos contratos de trabalho firmados entre ele e a administração pública municipal, em virtude de o apelante ter sido contratado sem concurso público, bem como o contrato não atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, desrespeitando, por conseguinte, o art. 37, incisos II e IX da Constituição Federal.
2. O autor requereu, ainda, o pagamento de aviso prévio; das férias; de diferença salarial em relação ao paradigma trazido nos autos; de horas extras; de intervalo intrajornadas não gozados; de domingos e feriados trabalhados; de FGTS, dentre outros. Pelo que consta ainda da inicial, tais pedidos, de pagamento de direitos trabalhistas, foram embasados no art. 7º da Constituição Federal, na Lei Federal 6.019/74, bem como na CLT.
3. Examinando detidamente a sentença apelada, verifico que em nenhum momento o juízo a quo se pronunciou sobre a nulidade ou não do contrato de trabalho temporário firmado pelo autor e pelo município apelante; sobre a incidência ou não da Constituição Federal para regular a relação trabalhista firmada entre as partes; bem como sobre outros pedidos formulados na inicial.
4. Assim, existe óbice intransponível à manutenção da sentença, é que o ato sentencial afastou-se dos pedidos autorais, julgando de maneira genérica e sem fundamentação específica os pedidos formulados pelo autor.
5. Ora, é preceito constitucional firmado no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, que todas as decisões emanadas pelo Poder Judiciário deverão ser públicas e fundamentadas, sob pena de sua nulidade.
6. O MM. Juízo a quo não teve a preocupação de adotar, em sua sentença, um mínimo de fundamentação a possibilitar que as partes envolvidas no litígio possam chegar a uma conclusão lógica do julgado, daí a flagrante nulidade da decisão.
7. Por unanimidade, de ofício, **foi declarada a nulidade da sentença proferida pelo juízo a quo**, devolvendo-se o processo à vara de origem, para que seja sentenciado o feito dentro dos contornos trazidos ao Judiciário e com a devida fundamentação, restando prejudicado o recurso de apelação.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

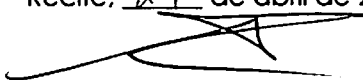
---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO Nº 287328-9** em que figuram como apelante **JOSÉ GERSON DO NASCIMENTO** e como apelado o **MUNICÍPIO DE IPOJUCA**.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em reconhecer de ofício a nulidade da sentença apelada, restando prejudicado o recurso de apelação, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, <sup>maio</sup> 29 de abril de 2014.

  
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO NPU Nº 2415-66.2011.8.17.0730 (287328-9)

APELANTE: JOSÉ GERSON DO NASCIMENTO

APELADO: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

**RELATÓRIO**

Cuido de apelação interposta por José Gerson do Nascimento contra sentença (fls. 82/83) proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ipojuca – PE que, nos autos da Reclamação Trabalhista de mesmo número desta apelação, julgou improcedentes os pedidos feitos na inicial.

Insatisfeito, José Gerson do Nascimento interpôs a presente apelação alegando, preliminarmente, nulidade do julgado por cerceamento do direito de defesa. No mérito, reiterou os termos da inicial, no sentido de que o contrato de trabalho temporário firmado com a administração pública municipal é nulo, por desrespeitar o art. 37, incisos II e IX da Constituição Federal (fls. 85/91).

Devidamente intimado, o Município de Ipojuca apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença apelada (fls. 97/107).

É o essencial a relatar. À revisão.

Recife, \_\_\_\_ abril de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



0012

2

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

JLL

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO NPU Nº 2415-66.2011.8.17.0730 (287328-9)

APELANTE: JOSÉ GERSON DO NASCIMENTO

APELADO: MUNICÍPIO DE IPOJUCA

RELATOR: DES ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

**VOTO**

Examinando a petição inicial, verifico que o autor requereu a declaração de nulidade dos contratos de trabalho firmados entre ele e a administração pública municipal, em virtude de o apelante ter sido contratado sem concurso público, bem como o contrato não atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, desrespeitando, por conseguinte, o art. 37, incisos II e IX da Constituição Federal.

O autor requereu, ainda, o pagamento de aviso prévio; das férias; de diferença salarial em relação ao paradigma trazido nos autos; de horas extras; de intervalo intrajornadas não gozados; de domingos e feriados trabalhados; de FGTS, dentre outros. Pelo que consta ainda da inicial, tais pedidos, de pagamento de direitos trabalhistas, foram embasados no art. 7º da Constituição Federal, na Lei Federal 6.019/74, bem como na CLT.

Por outro lado, o Juízo a quo proferiu sentença nos seguintes termos:

"[...] Tal como no caso acima, a parte Autora busca pretensão fundada na CLT quando desenvolveu com a Ré relação de natureza estatutária. Em vista disso, os pedidos apresentados não poderão ser atendidos, notadamente em vista da comprovação por parte da Administração Pública de que cumpriu integralmente os termos do pacto. Note-se que há expressa previsão contratual no sentido de que havendo solução de continuidade do contrato de trabalho temporários antes do prazo inicialmente previsto – para o caso de insubsistência de sua razão suficiente – não haverá qualquer pagamento de indenização."

Examinando detidamente a sentença apelada, verifico que em nenhum momento o juízo a quo se pronunciou sobre a nulidade ou não do contrato de trabalho temporário firmado pelo autor e pelo município apelante; sobre a incidência ou não da Constituição Federal para regular a relação trabalhista firmada entre as partes; bem como sobre outros pedidos formulados na inicial.

Assim, existe óbice intransponível à manutenção da sentença, é que o ato sentencial afastou-se dos pedidos autorais, julgando de maneira genérica e sem fundamentação específica os pedidos formulados pelo autor.

Ora, é preceito constitucional firmado no art. 93, inciso IX<sup>1</sup>, da Constituição Federal, que todas as decisões emanadas pelo Poder Judiciário deverão ser públicas e fundamentadas, sob pena de sua nulidade.

<sup>1</sup> IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

Ao tornar a exigência de fundamentação das decisões judiciais um elemento imprescindível e essencial à válida configuração dos atos sentenciados, o ordenamento jurídico brasileiro, refletiu, em favor dos indivíduos, uma poderosa garantia contra eventuais excessos do Estado-Juiz, e, impôs como natural derivação desse dever, um fator de clara limitação dos poderes deferidos a magistrados e Tribunais.

Deste modo, resta incontroverso que toda decisão carente de fundamentação deve ser tida como nula, sob pena de trilhar no caminho da arbitrariedade, até mesmo porque da motivação da decisão é que advém a possibilidade da interposição do competente recurso, em seu aspecto mais abrangente.

Como fiz questão de transcrever, o MM. Juízo *a quo* não teve a preocupação de adotar, em sua sentença, um mínimo de fundamentação a possibilitar que as partes envolvidas no litígio possam chegar a uma conclusão lógica do julgado, daí a flagrante nulidade da decisão.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), já pacificou o entendimento, consoante se pode observar dos excertos jurisprudenciais abaixo transcritos:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA ANULADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. RECONHECIMENTO. NULIDADE. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESPROVIMENTO.

**1 - A decisão judicial que não apresenta a necessária motivação, por deixar de explicitar o Direito e os fatos determinantes da convicção do julgador, mesmo que sucintamente, afronta o devido processo legal - garantia do Estado Democrático de Direito, a par de acarretar o cerceamento de defesa dos litigantes, por impedir o embasamento de eventuais recursos.**

2 - Desta feita, se a sentença não expôs, de forma clara, as razões do não acolhimento da pretensão da autora, havendo flagrante falta de fundamentação, forçoso reconhecer, assim, a sua nulidade.

3 - Agravo Regimental desprovido.

(STJ - 4ª Turma - Ag. Rg. no Resp nº 517871/PE - Rel. Min. Jorge Scartezini - j. 28.06.2005) (grifei)

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO ORDINÁRIO. SENTENÇA E ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO EVIDENCIADA. NULIDADE. ALCANCE.

**- Reconhecido que tanto o acórdão como a sentença não indicam a necessária fundamentação quanto à conclusão da questão posta a julgamento, o acolhimento do recurso especial deve declarar a nulidade não apenas do acórdão, mas também da sentença deficientemente fundamentada.**

(STJ - 3ª Turma - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - REsp 547743 / PI - j. 16.10.2003) (grifei)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. MOTIVAÇÃO INEXISTENTE. REJEIÇÃO PURA E SIMPLES DO AGRAVO. DUE PROCESS OF LAW. ART. 458, CPC. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

**- A motivação das decisões judiciais reclama do órgão julgador, pena de nulidade, explicitação fundamentada quanto aos temas suscitados, uma vez que, elevada a cânone constitucional, apresenta-se como uma das**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

123

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

características incisivas do processo contemporâneo, calcado no due process of law, representando uma "garantia inerente ao Estado de Direito".  
(STJ - 1ª Turma - Rel. Min. Luiz Fux - RESP 615699/SE - j. 04.11.2004) (grifei)

Ante todo o exposto, **VOTO PELO RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DA NULIDADE DA SENTENÇA APELADA**, devolvendo-se o processo à vara de origem, para que seja sentenciado o feito dentro dos contornos trazidos ao Judiciário e com a devida fundamentação, restando prejudicado o recurso de apelação.

Recife, 29 de <sup>maio</sup> ~~abril~~ de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



124.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

---

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0287328-9**

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELANTE:** JOSÉ GERSON DO NASCIMENTO

**APELADO:** MUNICÍPIO DE IPOJUCA

**RELATOR:** DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR

**REVISOR:** DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**VOTO DO REVISOR**

Voto acompanhando o voto do eminente relator no sentido de decretar a nulidade da sentença ora apelada, em razão da mesma não apresentar a devida fundamentação e, por via de consequência, encaminhar os autos ao Juízo de origem a fim de que o mesmo profira nova decisão, desta vez, com a devida fundamentação legal, restando prejudicado, pois o presente Recurso de Apelação.

Recife, 29/05/14

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
Revisor